

(IN) VISIBILIDADE DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA: UM OLHAR DE PROFESSORES E GESTORES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO, MUNICÍPIO DE BARRO ALTO-BA.

ALECRIM, Edinei Messias ¹

Universidade Interamericana
Faculdade Educacional da Lapa – FAEL
edineipsicopedagogo@gmail.com

RESUMO

A questão da inclusão das pessoas com deficiência na escola ainda não é uma realidade em todos os espaços educativos no Brasil. Leis nacionais e internacionais têm buscado garantir uma política de inclusão dessas pessoas com deficiência no ensino regular. Este estudo se propôs a analisar o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais no município de Barro Alto, Estado da Bahia, refletindo, a realidade das escolas e os dilemas dos professores na efetivação do atendimento a este público, observando como os profissionais deste município avaliam sua trajetória e como está a formação destes professores para atender este público. Os dados foram analisados e revelaram que o município campo da pesquisa, apresenta fragilidades na sua organização teórica e prática para atender a pessoa com deficiência na rede regular de ensino. Ao concluir a pesquisa, esta revela que muitos passos estão sendo dados para mudar o quadro de marginalização desse público como: reorganização da visão social sobre as pessoas com deficiência; inclusão escolar efetiva; respeito à legislação vigente; redirecionamento de verbas para programas sociais que contemple a pessoa com deficiência. Assim, todos os integrantes da sociedade brasileira são responsáveis para que a (in) visibilidade da pessoa com deficiência não retire o seu direito de ir à escola.

Palavras-chave: deficiência; inclusão, exclusão, invisibilidade.

INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro há mais de uma década, vem discutindo e implementando um novo olhar para a formação humana dentro das escolas. A escola por ser este espaço de humanização, deverá oferecer a todos os sujeitos condições plenas para se desenvolverem igualmente. Assim, o novo paradigma é denominado de educação especial numa perspectiva inclusiva, que visa atender uma demanda da sociedade com algum tipo

¹ Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Interamericana - Assunção/PY (2018). Possui graduação em Pedagogia - Unidades de Ensino Superior do Sertão da Bahia (2007) e graduação em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (2010). Especialista em Psicopedagogia (2009). Atualmente é Assistente Acadêmico na Faculdade Educacional da Lapa – FAEL (2014) e Profissional de Segurança Pública - Polícia Militar do Estado da Bahia (2005). Instrutor do Programa Educacional e Prevenção as Drogas – PROERD (2014).

deficiência que vem sendo discriminadas, segregadas. Esse processo de exclusão social das pessoas com deficiência é algo histórico

O formato de sociedade, desde a sua antiguidade, sempre marginalizou e privou de liberdade as pessoas que apresentavam alguma deficiência. Assim, essas pessoas, desrespeitadas na sua condição de cidadã, sem atendimento especializado, sem ter seus direitos assegurados, se tornaram seres marginalizados, excluídos socialmente.

O pensamento discriminatório esteve sempre presente neste cenário, pois observar as dificuldades, os obstáculos e às vezes as aparências do deficiente, no lugar de seu potencial, foi uma postura que perpetuou durante anos tornando a pessoa com deficiência, (in) visível. Muitos estudos na atualidade vêm resignificando esta postura. O pensar discriminatório, vem cedendo espaço para uma nova concepção, que assegura a educação especial enquanto perspectiva inclusiva dentro dos espaços escolares, bem como fora deles.

Nossas escolas precisam ser o lugar da construção do saber, do fortalecimento dos vínculos e do encontro da diversidade. Se estes espaços estão invertendo sua função social, como melhorar as condições de vida dos alunos? Como estas escolas podem ser instrumentos de transformação social? Assim, o presente estudo se propôs a analisar o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais no município de Barro Alto, Estado da Bahia, refletindo, a realidade das escolas e os dilemas dos professores na efetivação do atendimento a este público, observando como os profissionais deste município avaliam sua trajetória e como está a formação destes professores para atender este público.

É necessário que se entenda que inserir a criança na escola não é incluir. Precisamos compreender que incluir não é simplesmente matricular o aluno no espaço educativo e considerar que já esteja incluído. Esta criança se encontra inserido, mas para a inclusão acontecer, necessita de uma mudança de paradigma do contexto educacional que esta recebendo esta criança, bem como de uma intensa mudança de atitude dos professores.

A discussão que se propõe nesse trabalho, visa não esgotar todas as possibilidades, mas se tornar um mecanismo de indagação em torno da (in) visibilidade da pessoa com deficiência nos espaços educativos. Por que com tantas legislações nacionais e internacionais que defendem o direito da pessoa com deficiência na escola, “ainda” permanecem invisíveis, excluídas desse direito?

O Caminho da pesquisa

As reflexões aqui trazidas por este estudo permitem tecer uma análise da visão dos professores e gestores escolares quanto ao atendimento da pessoa com deficiência no interior das escolas do município de Barro Alto, Estado da Bahia. Sendo assim, os dados da pesquisa servirão como fundamentação teórica para o referido estudo, por entender que o olhar daqueles que se encontram na prática cotidiana, reforça e estimula o pesquisador a continuar visualizando as possibilidades da inclusão da pessoa com deficiência na escola.

Ao concluir a defesa da dissertação do Mestrado – “A escola e seu papel social na emancipação dos sujeitos”, pela Universidade Interamericana, Assunção - PY, o pesquisador foi orientado a continuar realizando novas pesquisas com o fito de publicação em artigos, livros, revistas, etc., como escrita acadêmica para fundamentação da tese do Doutorado em ciências da Educação. Assim, amparado por este olhar da Universidade, a pesquisa ora apresentada, tem também o viés acadêmico de contribuir socialmente com os destinos da organização da educação especial inclusiva no município campo da pesquisa.

É objeto da pesquisa, a preocupação com o direito das pessoas com deficiência, e entende-se que quando este direito é negado, a escola também fracassa enquanto instituição social emancipadora. Assim, é por meio deste olhar que se fez a escolha do tema: (in) visibilidade dos alunos com deficiência na escola pública: um olhar de professores e gestores escolares da rede de ensino, Barro Alto-Ba.

O campo da pesquisa foi a cidade de Barro Alto, Estado da Bahia, de caráter qualitativa, com realização de questionários abertos e fechados direcionados a professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares. A cidade referenciada está localizada no Centro Norte Baiano, com uma população segundo dados do IBGE²/2010, de 13. 626 habitantes.

A cidade de Barro Alto foi emancipada em 09 de maio de 1985, onde antes pertencia ao município de Canarana. Anteriormente, era conhecida como Bruacas, depois Campo de São João, e somente anos mais tarde obteve o nome de Barro Alto pela Lei Estadual nº 4.439, de 9 de maio de 1985.

O tema surgiu a partir dos dilemas encontrados ao longo do caminho enquanto professor e pesquisador, que sempre contextualizando os conflitos da profissão com a prática educativa, visualizou a necessidade de maiores reflexões em torno desta problemática. Assim, ao analisar o cenário, procura-se traduzir os conflitos percebidos, articulando

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

vivências pessoais às reflexões dos participantes da pesquisa, observando se este espaço pesquisado oferece um atendimento escolar emancipador, bem como relacionar os diversos fatores que impede a inclusão da pessoa com deficiência.

A pesquisa pretende busca entender os fatores que impede ou dificulta a inclusão da pessoa com deficiência na Rede de Ensino pesquisada, e quais as consequências sociais e pedagógicas. Sendo assim, Kauark (2010), sinaliza que

Pesquisa é o mesmo que busca ou procura. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Em se tratando de Ciência, a pesquisa é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta. Não se deve dizer que se faz ciência, mas que se produz ciência através de uma pesquisa. Pesquisa é, portanto o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento (p. 24).

A pesquisa traz novos dados e estimula o pesquisador a melhor fundamentar seu trabalho e acima de tudo, dá credibilidade acadêmica ao que se propõe realizar. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, descritiva, dando importância aos valores, crenças, sentimentos e atitudes, pretendem contribuir de forma ampla para a construção teórica dos anseios do pesquisador. Sobre a pesquisa qualitativa Fontenelle (2008) reforça:

A pesquisa qualitativa nos fornece mais a natureza ou a estrutura das atitudes ou motivações que sua frequência ou distribuição. Seu principal objetivo é explorar a profundidade dos sentimentos e crenças que as pessoas detêm e aprender como estes sentimentos podem influenciar comportamentos (p. 25).

A realização da pesquisa teve a participação de 72 (setenta e dois) profissionais da educação, sendo 49 (quarenta e nove) professores e 23 (vinte e três) gestores escolares (coordenadores pedagógicos e diretores de escolas) da educação básica, sendo eles lotados em escolas públicas e privadas do município campo da pesquisa.

Pessoas com deficiência e marginalização social

A inclusão de crianças com deficiência na escola foi fortalecida pela Declaração de Salamanca (1994), porém, não resolveu todos os problemas de marginalização dessas pessoas. Nesse sentido, entende-se que o processo de exclusão dessa demanda é algo histórico. A Declaração de Salamanca (1994) que se tornou um dos principais documentos em todo o mundo que visa à inclusão social, o respeito à diversidade, orienta que as escolas se organizem de acordo às necessidades de todos os alunos com deficiência. Assim, “As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994).

Dentro desse cenário conflitante de inclusão escolar se encontram as famílias em estado de vulnerabilidade social que além de conviver com o filho deficiente, tem que adaptar sua frágil realidade social aos anseios dessa criança. Como isso é possível? A escola compreende este estado vulnerável da família?

Algumas portarias e resoluções fundamentam e nos chama a atenção que ao inserirmos uma criança, um adolescente, um jovem ou adulto com necessidades educacionais especiais dentro da escola, devemos garantir o direito constitucional, pois a Constituição Federal (1988) garante a inclusão, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), visam o desenvolvimento da pessoa para a vida em sociedade e o seu pleno preparo para a cidadania.

Podemos entender que nos projetos e planos dos governos, é visível nas legislações, uma enorme quantidade de artigos que direcionam e legitimam o atendimento educacional de forma especializada ao público com deficiências, porém na maioria das vezes, acabam ficando só no papel. Assim, muitos projetos que valorizam as pessoas com deficiência são lançados simultaneamente durante as gestões públicas, mas que não chegam a ser efetivados na prática..

Nos estados e principalmente nos municípios, não existem uma política efetiva de inclusão que possibilite a criação de planos integrados que direcione um trabalho efetivo de valorização da pessoa com deficiência. Nesse sentido, os decretos, portarias apenas evidenciam o desejo do imaginário de pais, professores, coordenadores pedagógicos e diretores escolares que lidam diretamente com essa demanda, mas na prática ainda se concebe a ótica do poder público na continuidade da segregação, sem resguardar o direito das pessoas com deficiência.

Para Montoan (2006),

Nossa obrigação é fazer valer o direito de todos à educação e não precisamos ser corajosos para defender a inclusão, porque estamos certos de que não corremos nenhum risco a propor que alunos com e sem deficiência deixam de freqüentar ambientes educacionais a parte, que segregam, discriminam, diferenciam pela deficiência, excluem, como é o próprio das escolas especiais (p. 26, 27).

Mudar a visão social da escola é algo extremamente urgente, por conceber esta como construtora dos ideais conservadores e elitista. Assim, Montoan (2006), sinaliza que

[] Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, cujas tarefas fundamentais a meu ver são as que seguem: recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas par o exercício da verdadeira cidadania; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprove a repetência.; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo par ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.” (p. 41-42).

Temos muitas escolas que fracassam todos os dias na sua condição de acesso e permanência. Muitas crianças, adolescentes e jovens fracassam por não encontrar neste ambiente algo motivador para prosseguir seus sonhos. Como mudar uma instituição educativa formada para legitimar os anseios do poder dominante?

Nossas escolas regulares, de maneira geral, não foram planejadas para atender a diversidade de indivíduos com deficiência, mas para que se atinjam os anseios do ensino voltado para aqueles que estão dentro dos padrões ditos normais do ensino. Nesse tocante, muitas escolas nos diversos municípios deste país, estão apenas recebendo os alunos rotulados “com necessidades especiais”, em obediência à Lei n°. 9.394/96 (LDB, art. 4º, III) que estabelece que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser realizado, preferencialmente, na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996).

Questões ligadas ao atendimento educacional especializado para esta demanda se iniciam na prática pelas melhorias educacionais no âmbito da acessibilidade. Isso não é tudo. Existem ainda nos municípios, realidades onde as barreiras arquitetônicas, educacionais e sociais têm excluídos as pessoas com necessidades especiais do convívio regular. Assim, podemos perceber em outras áreas a defasagem ou a falta de respeito no descumprimento das legislações que prevê o direito da pessoa com deficiência e sua inteira inclusão nos sistemas de ensino. A esta questão, Montoan (2006), sinaliza que

Infelizmente, não estamos caminhando decisivamente na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação apontadas para esses novos rumos , seja por outras razões menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais, acomodação dos professores (p. 39).

Sendo assim, o que se esperar da educação? O que está sendo feito nas comunidades educativas para de fato incluir esta demanda? Infelizmente na educação não é diferente, o atendimento educacional especializado ainda não é uma realidade prática em todas as instituições escolares. Muitos gestores públicos não têm comprometimento com esta causa, permanecem imóveis diante do discurso saudosista da naturalidade, que consiste em definir a deficiência como algo natural. Montoan (2006), nos ajuda nessa reflexão, enfatizando que:

“Se o que pretendemos é uma escola inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças.” (p. 16)

Contudo, a realidade é complexa e desafiadora no campo da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência na escola. A falta de formação permanente dos educadores, de recursos técnico-pedagógicos, de valorização profissional, de acompanhamento do trabalho do atendimento educacional especializado por meio de profissionais especializados ainda se encontra em déficit na maioria dos municípios. Nesse sentido, profissionais como fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos, psicopedagogos e terapeutas ocupacionais “ainda” não fazem parte das equipes educativas nas unidades de ensino de uma grande parcela das escolas brasileiras, nem se encontram acessíveis nos municípios, caso as famílias com filhos com deficiência necessitem.

Discutindo os dados da pesquisa

É pertinente trazer para este trabalho a reflexão que a pesquisa de campo problematizou, reforçando a importância da análise sobre a realidade do atendimento dispensado às pessoas com deficiência no município campo da pesquisa, levando em consideração as peculiaridades desta realidade local, as dificuldades enfrentadas pelas escolas e os dilemas cotidianos de cada professor.

O universo da pesquisa teve como foco professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares. Foram 49 professores e 23 gestores (coordenadores e diretores de escolas) onde 79,6% dos professores eram do sexo feminino e 20,4% do sexo masculino; bem como 78,3% dos gestores eram do sexo feminino e 21,7%, do sexo masculino. Dos 49 professores pesquisados, 41,8% lecionam no ensino fundamental I, 21,8% no ensino fundamental II, 20% ensino infantil, 12,7% no ensino médio, 2% no ensino superior e 1,7% na educação de jovens e adultos.

No que tange a formação dos pesquisados, 77,6%, a maioria dos professores eram graduados, outros 16,3% eram especialistas e apenas 4,1% tinha mestrado. Nesta mesma perspectiva, no que se referem aos gestores escolares, estes se diferenciam dos professores, pois 65,2% eram especialistas, 30,4% graduados e 4,2% tinham mestrado.

Montoan (2013) “O argumento mais frequente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho” (p. 42). Sobre a questão da importância da formação continuada na área de educação especial foi realizada a seguinte pergunta aos professores: você participou ou participa de curso de capacitação para dar aula a alunos com necessidades educacionais especiais? A resposta em percentual é 73,5% dos professores disseram que não, enquanto que 26,5% afirmaram que sim. Esse percentual não se diverge muito quando aos gestores, foi realizada uma pergunta similar: fez ou está fazendo algum curso de capacitação na área do atendimento às pessoas com deficiência? Estes, na sua totalidade responderam que 60,9% não fizeram e nem estão fazendo, enquanto que 39,1% responderam que sim.

Ainda nesta mesma perspectiva da formação dos professores para o ensino inclusivo, Montoan (2013) reforça afirmando que,

Eles esperam uma preparação para ensinar os alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem e problemas de indisciplina, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas (p.42).

O professor inclusivo não se encontra feito, se constrói a partir do momento que se abre para a sensibilidade, para o acolhimento das diferenças. Freire (1993) ressalta que a nossa condição é de inconcluso.

Outro dado coletado de grande relevância para a compreensão da realidade da educação especial é no que se refere aos direitos da pessoa com deficiência. Foram realizadas perguntas similares para os dois públicos: 63,3% dos professores responderam que precisa conhecer mais, enquanto que o número dos gestores que afirmam precisarem conhecer mais foi de 78,3%. Ainda 20,4% dos professores disseram terem conhecimento sobre o tema, e os gestores totalizaram apenas 8%. Assim, 16,3% dos professores disseram conhecer pouco os direitos das pessoas com deficiência, enquanto que 13% dos gestores afirmaram a mesma questão. Assim, os direitos das pessoas com necessidades especiais, se encontram fundamentados na CF/1988, conforme Montoan (2013),

A nossa Constituição Federal de 1988 respalda os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5º) e trata, no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse

direito deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Nossa Constituição quer garantir uma educação para todos significando que deve ser de fato para todos, devendo atingir o pleno desenvolvimento humano e a preparação para a vida em sociedade, entendendo que essa educação não deve ser realizada em ambientes que os diminua, sem segregação.

A pergunta “o que você acha do acesso dos alunos com deficiência na escola que você trabalha através da Política de inclusão?” A grande maioria dos professores 93,9% sinalizou que é um direito que deve ser respeitado, 4,1% não opinaram sobre o assunto e outros 2% afirmaram que este acesso está sendo injusto com os demais alunos sem deficiência.

Quando perguntado aos professores sobre a Política de Inclusão das pessoas com deficiência na sua escola, 49% responderam que ela não garante a inclusão, outros 18,4% afirmam que a política promove a inclusão, e 14,3% afirma que ela apenas promove oportunidades iguais, 12,2% sinalizaram não conhecer o assunto e os outros 6,1% apontam a política de inclusão como uma medida assistencialista. Brasil (2009) relata que,

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e em outros, como os transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento desses estudantes.

A proposta da educação especial numa perspectiva inclusiva é uma modalidade de concepção teórica vinculada a ações que garantam a este público o atendimento educacional especializado. É de suma importância que esta concepção faça parte da Proposta pedagógica de cada escola.

Aos gestores foi realizada a seguinte pergunta: Em relação ao comportamento dos professores acerca da presença de alunos com deficiência na escola, estes, responderam que 56,5% se comportam naturalmente, já 30,4% afirmam que são atenciosos e apenas 13,1% apresentam indiferença com este público.

Quanto à pergunta direcionada aos gestores: “Em sua opinião, o atendimento dispensado aos alunos com deficiência em sala de aula pelos professores” é: 34,8% responderam que é igual ao atendimento dos outros alunos, o mesmo percentual 34,8% preferiram não opinar, 26,1 afirmaram que o atendimento é diferente dos demais alunos com

deficiência, e apenas 4,3% responderam que há um atendimento individualizado. Mantoan (2013),

Se um aluno não vai bem, seja ele uma pessoa com ou sem deficiência, o problema precisa ser analisado com relação ao ensino que está sendo ministrado para todos os demais da turma. Ele é um indicador importante da qualidade do trabalho pedagógico, porque o fato de a maioria dos alunos estar se saindo bem não significa que o ensino ministrado atenda às necessidades e possibilidades de todos (p. 46)

A esta questão do atendimento às pessoas com deficiência na escola, a autora reforça a necessidade refletir sobre as condições em que se encontram todos os alunos diante do seu processo de aprendizagem. Ela ainda reforça a importância de refletir mudanças na prática dos atendimentos aos alunos com ou sem deficiência a partir da observação do que se encontra sendo ensinado aos demais alunos da turma. O que está sendo ensinado a todos pode ser aprendido por todos?

Ao conjunto de professores foi feita a pergunta: Qual sua opinião sobre os alunos com deficiência na sua escola? 98% acreditam que precisam de recursos materiais e humanos especializados e 2% destes preferiram não opinar sobre o assunto. Nesse tocante, é imprescindível a reflexão cotidiana sobre o papel do professor enquanto agente social e reforçar a necessidade de uma formação centrada na valorização da diversidade, no respeito ao diferente e na valorização da pessoa humana.

Sobre a formação continuada dos professores realizada pelo município, pergunta-se aos gestores: Você sabe dizer se os professores do seu município já receberam algum tipo de formação por parte da Coordenação Municipal da Educação Especial Inclusiva a respeito das necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência? 43,5%, responderam que não, 34,8% não souberam responder e 21,7% responderam que sim. Miranda (2015) afirma que,

As professoras evidenciam, portanto, a necessidade de uma formação continuada para atuar no atendimento a alunos com Necessidades Educacionais Especiais, além de reafirmar a relação entre teoria e prática como requisito para proporcionar-lhes a capacitação e a segurança para trabalhar com diferentes tipos de deficiências. Sendo assim, é necessário que os professores estejam qualificados para atender as peculiaridades apresentadas pelo aluno.

Sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência na sala de aula, 95,5% dos professores responderam que Eles necessitam de atendimento educacional especializado e 4,5% responderam que eles não devem receber maior atenção por parte dos professores. Mantoan (2013) reforça que:

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa auto-estima resultante da exclusão escolar e da social — alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos.

A inclusão destas pessoas no interior da escola pode ser a única alternativa de valorização deste sujeito, ou o único espaço social em que a pessoa com deficiência possa de fato ser aceita.

Mantoan (2013), continuar sinalizando sobre as pessoas com necessidades especiais na escola, quando cita: "Esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como mal nascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal" (p. 17). No que se refere a preparação para atender a essa demanda, a pergunta realizada aos gestores: Em sua opinião, você acha que os professores do seu município se sentem preparados para trabalhar com alunos com deficiência? 73,9% disseram que não, 21,7% pouco preparados e 4,4% não souberam responder. A preparação para atender a esta demanda que a muitos anos ficou segregada no interior das escola não deve ser entendida como mais um problema escolar, e sim como o momento histórico de reparação das dívidas sociais que a humanidade tem para com as pessoas com deficiência.

Com relação ao processo de aprendizagem destes alunos com deficiência, 73,5% dos professores responderam que estes alunos aprendem de forma diferente comparando com os demais alunos sem deficiência, 18,4% informaram que apresentam dificuldades para aprender e 3,1% destes professores responderam que aprendem de forma igualitária comparando com demais alunos sem deficiência e os outros 3% não souberam responder. Nesse sentido, entender o processo de aprendizagem destes alunos com deficiência requer do professor compreensão das limitações cognitivas de quem se avalia, da metodologia e adaptações de conteúdo que se fez e da postura e sensibilidade diante deste ser diferente que precisa ser olhado não somente como aprendente, mas como ser humano que deseja ser aceito.

Nesta mesma perspectiva, a questão da avaliação da aprendizagem desse público, os gestores responderam que os professores: 39,1% afirmaram que os professores avaliam de forma incorreta, 34,8%, avaliam respeitando as necessidades educativas especiais destes alunos e 26,1% avaliam com menos rigor com relação aos alunos sem deficiência.

No que se refere ao processo de aceitação deste público no interior da escola, foi perguntado aos gestores: Em sua opinião, como os alunos com deficiência se sentem em

relação ao atendimento recebido pelos professores na escola do seu município? 43,5% não quiseram responder, 30,4% insatisfeito, 17,4% satisfeito, 4,7% discriminado e 4% excluído. Com relação às dificuldades de acesso ao conhecimento, pergunta-se aos professores: O que você acha que pode dificultar o acesso ao conhecimento aos alunos com deficiência na sua escola? 65,3% responderam que é a falta de recursos materiais e humanos especializados, 22,4% falta de política de inclusão, 6,3% falta de recursos materiais especializados, 4% falta de qualidade na oferta do ensino e 3% falta de recursos humanos especializados.

O aceitar a pessoa com deficiência no interior da escola não é mais uma condição pessoal ou institucional, ela é uma necessidade, uma urgência. Não estamos falando de aceitar algo ou um objeto, estamos lidando com seres humanos, vidas que cotidianamente lutam por aceitação social;

Com relação ao processo metodológico, os gestores responderam a seguinte pergunta: 47,8% não atendem as necessidades educativas especiais dos alunos, 47,8% precisam ser revistas e 4,4% não soube responder. Aos professores se perguntam sobre a qualificação para o trabalho com as pessoas com deficiência: 63,3% não são qualificados para trabalharem com pessoas com deficiência, 28,6% na sua maioria não sabem trabalhar com pessoas com deficiência, 4,1% na sua maioria, sabem trabalhar com pessoa com deficiência e 4% não soube responder.

No que se refere à permanência destes alunos na escola, os gestores responderam a seguinte indagação: 43,5% não se encontram preparados para garantir a permanência destes alunos na escola, 26,1% está tentando se preparar, 17,4% não tem opinião formada sobre o assunto e 13% encontra-se parcialmente preparado. A esta mesma temática, os professores assim sinalizaram: 69,4% responderam que sua escola não se encontra preparada para garantir a permanência dos alunos com deficiência, 16,3% está tentando se preparar, 10,2% encontra-se parcialmente preparada e 4,1% não tem opinião formada sobre o assunto. A permanência dos alunos especiais na escola não se encontra atrelada ao momento de sua inserção no ambiente escolar, vai muito além disso, requer uma enorme empreitada que retire do interior da escola qualquer forma de preconceito, conforme reforça Mantoan (2013, p. 18): Estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas é que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos”.

Os recursos, as metodologias e a formação dos professores para o trabalho com as pessoas com deficiência são questões que se encontram em pauta em todas as escolas brasileiras. Para Mantoan (2013),

Os currículos, a formação das turmas, as práticas de ensino e a avaliação são aspectos da organização pedagógica das escolas e serão revistos e modificados com base no que for definido pelo projeto político-pedagógico de cada escola. Sem os conhecimentos levantados por esse projeto, é impossível elaborar currículos que reflitam o meio sociocultural do alunado.

Sobre os recursos para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência: 49% são precários, 32,7% não existem e 18,3% são regulares. Ainda sobre a qualificação profissional dos professores, os gestores responderam: 56,5% não são qualificados para trabalhar com pessoas com deficiência, 17,4% não soube responder, 13% na sua maioria não sabem trabalhar com pessoas com deficiência, 8,7% acreditam que são qualificados para trabalharem com pessoas com deficiência e 4,4% na sua maioria, sabem trabalhar com pessoa com deficiência.

Mantoan (2013): “Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um” (p. 36). No que tange as metodologias (a serem adotadas) pelos professores em relação às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, responderam: 55,1% precisam ser revistas, 36,7% não atendem às necessidades educacionais especiais dos alunos, 5% atendem as necessidades e 3,2% não soube responder. Ainda neste mesmo foco, direcionada aos professores se realizou/realizará alguma adequação Curricular para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência? 44,9% não, 30,6% as vezes, 18,4% sim e 6,1% estão sendo providenciadas. Continuando esta discussão, os professores foram indagados sobre o processo avaliativo dos alunos com deficiência, responderam: 95,9% avaliam respeitando suas necessidades educativas especiais e 4,1% avaliam com menos rigor em relação aos alunos sem deficiência.

Todas estas questões levantadas acima repercutem na prática pedagógica dos professores, especialmente quando está em jogo o atendimento às pessoas com deficiência. Imprescindível se faz a consciência pelos profissionais da educação sobre a necessidade de participação ativa na elaboração da proposta pedagógica da escola, inserindo nela a concepção de educação especial inclusiva, para que sejam inseridas, ações, procedimentos metodológicos e avaliativos essenciais ao atendimento educacional especializado.

Ainda sobre o atendimento ao público da educação especial do município campo da pesquisa, pela Coordenação Municipal – (Educação Especial Inclusiva) aos alunos com deficiência na sua escola, os professores assim responderam: 71,4% indiferente, 18,4% bom e 10,2% satisfatório.

Contudo, a indiferença é algo que estimula o fracasso. A escola atual cria alunos fracassados, desestimulados diante da construção do conhecimento. É preciso que o olhar da escola seja inclusivo, que o papel do professor seja sensibilizador diante da condição e limites dos alunos com deficiência, pois conforme Mantoan (2013) reforça: “Mas como não há mal que sempre dure, o desafio da inclusão está desestabilizando as cabeças dos que sempre defenderam a seleção” (p, 26). E continua: “E como não há bem que sempre “ature”, está sendo difícil manter resguardados e imunes às mudanças todos aqueles que colocam exclusivamente nos ombros dos alunos a incapacidade de aprender” (MANTOAN, 2013,p. 26).

Considerações finais

A inclusão denuncia o distanciamento entre a escola que temos e a escola que almejamos, e nos revela que muitas ações precisam ser revistas ou modificadas no seu interior. A escola que sonhamos depende de toda a comunidade escolar, não estamos falando de algo particularizado, a escola é de todos.

A prática de tornar a escola um espaço para todos deve ser parte integrante de planos nacionais de educação, e do comprometimento dos gestores locais que objetivem atingir educação para todos, sem discriminação. Sendo assim, as realidades educativas dos municípios brasileiros se encontram imóveis, paralisados diante do processo de inclusão das pessoas com deficiência. Assim, a escola não se encontra preparada para este atendimento.

A preparação das escolas passa necessariamente pelo envolvimento direto com as famílias que se encontram socialmente vulnerável e que tenham filhos com deficiência matriculados na escola. Estas famílias também são especiais e devem assim como seus filhos ser olhados e atendidos nas suas peculiaridades.

É necessário reorganizar o pensamento social que as pessoas e a própria escola tem das pessoas com deficiência. Formar a comunidade acadêmica para que tenha um olhar

mútuo, não é suficiente, pois é urgente formar pessoas para transformar as realidades educativas tradicionais e conservadoras existentes.

É relevante que se atue diretamente na cobrança que se deve fazer cotidianamente no que tange a planos e projetos dos gestores locais que fortaleça o trabalho dos educadores com os alunos com deficiência, além de potencializar discussões de dispor maiores investimentos em formação continuada dos profissionais da educação envolvidos ou não com esta clientela.

É preciso que nossos gestores respeitem as legislações que agregam valores ao trabalho com este público para que de fato as pessoas com deficiência que se encontram invisíveis no interior da escola, possam ser atendidas na essência do seu direito. Assim, ao debruçar com um contínuo olhar distante da escola para com os alunos com deficiência, e ainda quando estes alunos permanecem sem atendimento educacional especializado, se reforça a lógica de sua (in) visibilidade nos contextos escolares.

Necessário se faz o olhar sensibilizador da gestão pública para a defesa dos direitos deste público a partir do atendimento dessa demanda presente no interior das escolas no município. Sendo assim, esse olhar se passa inicialmente por uma cultura local de respeito aos direitos já garantidos e o fortalecimento dessa garantia só acontecerá quando o município foco da pesquisa efetivar o atendimento educacional especializado na rede de ensino.

Para tanto, a mudança que sonhamos para a escola dos nossos dias, não seria com fachadas bonitas, cadeiras novas, mas que tenha pessoas disponíveis e abertas para receber o “diferente”. A inclusão passa também pela mudança interna de pensamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA. Lei nº 8069/90, 1990.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e Seus Pais**. Rio de Janeiro: Record Nova Era, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 28 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____, Maria Teresa Egler **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. In: RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

_____, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva**. IN: GAIO, Roberta & MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. Salamanca, Espanha, 1994.